

## EDITORIAL

### Entre violências, resistências e novos desafios para encerrar o ano de 2025

Estamos nos últimos três meses do ano 2025. Temos vivido muitos acontecimentos no Brasil, na América Latina e no mundo. Ainda podemos dizer que pensar sobre a existência de um modo genérico está longe das atividades e ações que permanecem num patamar individualista. Nessa direção:

A inutilidade do “pensamento”, de pensar, frente a propostas utilitárias, se encaixam muito na tessitura da lógica pragmática e idealista, já que costurar por fora algumas ideias sobre a configuração do mundo é suficiente para transitar e ter uma existência adaptada aos movimentos da sociabilidade do capital. (Torriglia; Ortigara, 2016, p. 60)

Essa “inutilidade” a partir de perspectivas relativista, idealistas, pragmáticas e céticas perpassam também o complexo da educação. Estas perspectivas contrariam uma concepção de ciência que busca aprofundar no processo de conhecimento a apreensão do real, na busca dos nexos e estruturas que configuram o mundo objetivo. Por isso, nesta sociabilidade, essas concepções favorecem a adaptação do *status quo*, e com isso, processos de desumanização expresso em múltiplas violências: contras às mulheres, o meio ambiente, professores/as, crianças etc.

Sobre a violência sobre por professores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) divulgou no mês de outubro uma pesquisa realizada pelo Observatório do Estado Social Brasileiro (OESB), em que se mostra os fatores estruturais que favorecem o “cenário de desrespeito, precarização e abandono institucional” que têm afetado os/as docentes de nosso país (CNTE, 2025)<sup>1</sup>. Explica que:

O Observatório do Estado Social Brasileiro mostra que estes casos fazem parte de um padrão. A violência contra docentes na educação básica tornou-se uma epidemia, nascida de condições estruturais do sistema educativo brasileiro (CNTE, 2025)

<sup>1</sup> Notícias da CNTE “Violência contra professores: a epidemia silenciosa que ameaça a educação pública”, de. 20 de outubro de 2025. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/violencia-contra-professores-a-epidemia-silenciosa-que-ameaca-a-educacao-publica-b804>

Nesse estudo do Observatório “*Razões da epidemia de violência contra professores do ensino básico brasileiro*” (OESB, 2025), os casos vão muito além da agressão física. Esta naturalização crescente em relação à violência, que se configura de várias formas – intolerância, desvalorização do trabalho docente, humilhação, agressão psicológica e física etc. –, ocupa o cotidiano escolar, lugar geográfico e simbólico, no qual se encontrava o ideal de possibilidades futuras, em um projeto de educação em que as pessoas encontravam sentido nos processos de formação. Esta naturalização que hoje vivemos não pode deixar de ser analisada dentro de uma perspectiva de avanço significativo da extrema direita, repleto de narrativas sem sustentação, de discursos de ódio, de intolerância, de racismo, de xenofobia, de opressão e de falta de diálogo.

Lamentavelmente, essas expressões contêm uma funcionalidade prática que secundariza o pensamento crítico, a verdade dos acontecimentos, o agir consciente a partir da realidade do mundo objetivo, a relação respeitosa de cada um/a com os/as outros/as, tendo como bússola social a genericidade humana. Também, isto se articula a uma ampla e constante precariedade do trabalho docente e a decadência das instituições públicas. Há uma relação entre a violência e a adoção de políticas de “austeridade e a lógica de gestão educacional neoliberal” (CNTE, 2025). E não podemos deixar de mencionar a lógica perversa do abandono do setor público em favor da privatização, com propostas que retiram ainda mais os direitos dos/das trabalhadores/as da educação, além da insegurança de serem demitidos a qualquer momento.

Este tema, entre outros, requer muita atenção e debate no campo da educação e da política, buscando saídas que não fiquem atreladas a dimensões morais ou culposas, recuperando processos e análise aprofundadas que favoreçam o conhecimento dos contextos que geram violências.

Ainda sobre violências, em relatório do Poder Judiciário de Santa

Catarina, publicado no corrente ano, afirmou-se que:

Toda semana, mais de 600 mulheres em Santa Catarina recorrem à Justiça para obter proteção. Na outra ponta, apenas nos primeiros meses deste ano, o Judiciário catarinense julgou 106 casos de feminicídio, quase quatro por semana — número 36% maior em comparação a 2024. (PJSC, 2025)<sup>2</sup>

Esta situação, lamentavelmente, acontece em grande parte do mundo. No último 21 de novembro, mais uma mulher, de 31 anos, estudante desta Universidade, foi estuprada e violentamente assassinada em uma das trilhas de praias da cidade de Florianópolis. Em protesto, foram realizadas várias manifestações pelo país contra o feminicídio e a violência contra as mulheres, sendo um dos marcos as passeadas que aconteceram em 7 de dezembro, chamadas de “Levante mulheres vivas”, nas quais se denunciou os mais de mil casos de feminicídio em todo Brasil só em 2025.

Em relação ao movimento da história, que abre campos de possibilidades, existem grupos de resistência, que fazem frente à desumanização que quer retirar o mais humano de nossa humanidade. Nos colocamos ao lado daqueles que resistem a tantos retrocessos e barbáries.

Além do mencionado, temos os movimentos contra a destruição dos recursos naturais, que se fizeram presentes e pressão durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (30ª COP), que aconteceu em Belém do Pará no mês de novembro. Nela, procurou-se debater sobre a grave situação do meio ambiente e do abuso dos recursos naturais. Embora haja tentativas pontuais de diminuir o aquecimento global, controlar queimadas e restringir o uso de agrotóxicos e de recursos naturais, o que vimos foram governos de distintos países e grandes empresários pouco comprometidos, na prática, com a causa. As potências capitalistas continuam preocupadas com a maximização dos lucros e com a expansão de seus capitais.

---

<sup>2</sup> Notícias PJSC, de 22 de agosto de 2025, “Violência doméstica leva 600 mulheres por semana a recorrer à Justiça catarinense em busca de proteção”. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/violencia-domestica-leva-600-mulheres-por-semana-a-recorrer-a-justica-catarinense-em-busca-de-protecao#:~:text=Levantamento%20in%C3%A9dito%20mostra%20ainda%20que,primeiros%20sete%20meses%20deste%20ano&text=Toda%20semana%2C%20mais%20de%20600,%C3%A0%20Ju%20sti%C3%A7a%20para%20obter%20prote%C3%A7%C3%A3o.>

Por outro lado, tivemos no Brasil alguns avanços na política de inclusão, com a publicação em 21 de outubro do Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025), com o intuito de fortalecer a inclusão escolar, reafirmando o direito à educação de estudantes com deficiência, autismo e altas habilidades.

Entre os princípios da nova política estão: o reconhecimento da educação como direito universal e público; a garantia de igualdade de oportunidades e condições de acesso; a promoção da equidade e valorização da diversidade humana; o combate ao capacitismo e à discriminação; e a garantia de acessibilidade e desenvolvimento de tecnologias assistivas. (Brasil, 2025)<sup>3</sup>

A implementação da nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva será em classes e escolas comuns da rede regular, visando o apoio e orientação das aprendizagens dos e das estudantes.

Igualmente importante destacar que no último mês de setembro foram divulgados os primeiros resultados da tradicional pesquisa TIC Educação (2025), publicada anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)<sup>4</sup>. Os dados da 15ª Edição da pesquisa, referentes a 2024, revelam que as ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) já estão fortemente presentes na vida dos estudantes de ensino médio, com 07 em cada 10 deles utilizando a IAG para pesquisas, o que demonstra sua ampla e rápida adoção. No entanto, os dados mostram igualmente que há um grande descompasso quanto à orientação, já que a maioria dos/as estudantes afirmam não ter recebido direcionamento dos/as professores/as sobre como usar essas plataformas de maneira pedagógica. Outro ponto também evidenciado pelos dados é uma mudança nos hábitos de busca, com os/as estudantes do ensino médio utilizando mais aplicativos de vídeo do que *sites* tradicionais de pesquisa. Quanto aos docentes, apesar das desigualdades persistentes no acesso a recursos, a maioria deles expressou interesse em formação continuada sobre tecnologias e IA em atividades educacionais. Esta temática ainda precisará ser muito estudada e merecerá novos olhares de suas grandes e fortes consequências na educação (NIC.BR, 2025). Esta e outras questões, sobre o uso das tecnologias na educação, poderão ser aprofundadas com o dossiê presente nesta edição da Perspectiva, denominado “*Tecnologias Digitais e Educação: entre perturbações e desafios*”.

<sup>3</sup> Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/governo-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/publicacoes/>

Na esteira do internacionalismo, no último trimestre de 2025 ocorreu a 42ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), no período de 26 a 30 de outubro na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Foi a primeira vez que a reunião aconteceu em conjunto com um evento internacional, o *Wera Focal Meeting*, proporcionando oportunidade de intercâmbio acadêmico e divulgação dos trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as. O tema da Reunião foi o neoconservadorismo no mundo e a educação frente às violências sócio-políticas-ambientais. Entre as várias atividades realizadas, cabe destacar as apresentações de trabalhos dos 24 Grupos de Trabalho (GT), a Reunião do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Forpred), que discutiu as orientações para a avaliação dos programas no novo quadriênio, bem como a Reunião do Fórum de Editores de Periódicos da área da Educação (Fepae), em que foram apresentadas as mudanças na sistemática de avaliação dos Periódicos para os próximos anos.

Sobre esse tema, no mês de janeiro de 2026 será divulgado o último *Qualis*, que orientará a avaliação dos periódicos até 2029. A partir de então, serão avaliados somente os artigos destacados pelos programas e não mais todos os artigos publicados pelos docentes, como acontecia até então. Os periódicos serão classificados como consolidados e não consolidados, diferente de como se realizava com o sistema de avaliação anterior *Qualis*. Os indexadores das revistas e o índice bibliométrico, referente à citação dos artigos, serão aspectos fundamentais nessa nova forma de avaliação, sendo o planejamento a tarefa principal dos/as editores/as de periódicos nos próximos anos.

Com certeza o acompanhamento dessa nova política de avaliação da produção científica na área da Educação será nossa tarefa e tema de debates em editoriais futuros. Também será de vital importância a participação de todos/as os/as profissionais da educação, nos debates sobre essas novas diretrizes nos Programas de Pós-Graduação, uma vez que essas mudanças intensificam, ainda mais, o trabalho docente, por sua forte lógica orientada para o “impacto social”.

Em relação ao contexto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Centro de Ciências da Educação, temos três importantes grupos de pesquisa – de matriz teórica comum – que completaram mais um ano de existência, contemplando mais de duas décadas de história e de formação docente.

O “Núcleo de Estudo sobre às Transformações no Mundo do Trabalho – TMT” festejou, o dia 5 de setembro, seus flamantes 30 anos de existência<sup>5</sup>. Também mencionamos, o festejo de seus 25 anos do “Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/UFSC”, nos dias 10 e 11 de novembro de 2025, realizando uma retrospectiva de sua gênese e atividades em diversas mesas com convidados<sup>6</sup>. Dentre os aniversariantes, o “Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho – GEPETO”, igualmente completou seus 30 anos de atividades<sup>7</sup>. Parabéns e vida longa aos grupos de pesquisa do CED/UFSC!!!

Para além desta retrospectiva do último trimestre de 2025, convidamos para conhecer o presente número da *Perspectiva*, que inicia com os artigos do dossiê *Tecnologias Digitais e Educação: entre perturbações e desafios*, organizado pelas pesquisadoras Marina Bazzo de Espíndola e Edna Araujo dos Santos de Oliveira, ambas professoras do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo pesquisador Éverton Vasconcelos de Almeida, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC). Ele se propõe a discutir a inserção das Tecnologias Digitais (TD) em diferentes esferas da educação, buscando ampliar o debate acadêmico sobre as complexidades e polissemias emergentes da relação entre tecnologia e educação. Além deles, compõem igualmente o número que encerra o volume 43 da *Revista Perspectiva* mais nove artigos recebidos em demanda contínua, que apresentamos a seguir.

O artigo **Revisão integrativa sobre programas de mentoria no ensino superior brasileiro** apresenta uma revisão integrativa conduzida pelas pesquisadoras Raquel Garcia de Lima Sória (UNICESUMAR) e Regiane da Silva Macuch (UNICESUMAR) e focada em programas de mentoria no ensino superior brasileiro. O estudo buscou compreender a natureza, estrutura e funcionamento dessas práticas, que são essenciais para o desenvolvimento de competências acadêmicas e psicossociais dos graduandos. Os achados indicam que a maioria dos programas analisados pertence às escolas médicas, sendo predominantemente formais e realizados em pares ou grupos mistos. Geralmente, os mentores são docentes universitários, e o principal objetivo dos programas é o acolhimento e a integração dos novos alunos. Conclui-se que a mentoria proporciona resultados

<sup>5</sup> Disponível em: <https://tmt.ced.ufsc.br/>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://gepoc.paginas.ufsc.br/>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://gepeto.ced.ufsc.br/gepeto/>

positivos, contribuindo para a formação e o fortalecimento de vínculos no ambiente universitário.

O artigo de Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF) e de Will Paranhos (UERJ), intitulado **Projeto de Vida: tentativa de regulação das infâncias na rede municipal de Angra dos Reis**, examina criticamente a tradução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo referido município do estado do Rio de Janeiro, focando na introdução precoce do componente curricular "Projeto de Vida" a partir do primeiro ano do ensino fundamental. Utilizando uma abordagem pós-qualitativa, os pesquisadores analisam as orientações curriculares locais e as conversas com professores para entender a operacionalização dessa política educacional. O núcleo do texto é uma análise biopolítica que sustenta que o "Projeto de Vida" funciona como parte de uma maquinaria pedagógica destinada à regulação e controle das infâncias. Os autores defendem que essa tentativa de disciplinamento deve ser refutada para liberar o desenvolvimento das crianças de estruturas rígidas e sugerem a adoção de perspectivas teóricas alternativas para contrariar esse controle.

O artigo **Atuação da/o psicóloga/o escolar em espaços coletivos: um levantamento da literatura**, de Ana Rogélia Duarte do Nascimento (UFPB) e Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB), apresenta uma revisão bibliográfica abrangente sobre a atuação de psicólogos escolares em espaços e atividades coletivas. A pesquisa utilizou como base teórica a Psicologia Histórico-Cultural e a perspectiva da Psicologia Escolar Crítica, buscando entender as práticas desses profissionais junto a docentes, discentes e familiares. Os resultados demonstram a variedade de intervenções que o psicólogo pode executar, principalmente em ambientes como reuniões escolares, reafirmando sua potencialidade na instituição, apontando também diversos obstáculos enfrentados, como a resistência do corpo docente em aceitar análises sistêmicas e a demanda por um modelo de atuação unicamente clínico.

O artigo intitulado **Pestalozzi e a educação como formação humana para a virtude: reflexões sobre a Carta de Stanz**, escrito por Simone Valdete dos Santos (UFRGS) e por Vinícius Lima Lousada (IFRS), concentra-se em uma análise crítica da Carta de Stanz de Johann Heinrich Pestalozzi. Utilizando a perspectiva da História Cultural, os autores examinam a experiência do pensador do século XVIII ao trabalhar com crianças pobres a serviço da República Helvética em que buscou implementar um modelo original de educação pública destinado às



classes populares, alinhado com as concepções iluministas sobre a natureza humana. A pesquisa conclui que essa experiência pioneira permitiu a Pestalozzi delinear sua visão de educação moral, fundamentada na observação do desenvolvimento natural e na promoção da autonomia individual através do dever e da razão.

O estudo das pesquisadoras Luane Nunes Trindade (UFSM) e Claudia Smaniotto Barin (UFSM), intitulado **O cenário da produção científica sobre a educação de jovens e adultos na educação profissional**, realiza uma análise bibliométrica da produção científica global sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de educação profissional. O objetivo central foi examinar o panorama de artigos disponíveis na base de dados *Web of Science* entre 2009 e 2024, buscando identificar tendências e impactos na área. A pesquisa com 83 artigos demonstrou um crescimento na quantidade de estudos sobre o tema, atingindo um pico notável de publicações em 2020, com destaque para publicações na Alemanha, Inglaterra e Brasil. A Alemanha, inclusive, foi o país com maior número de citações, reforçando o impacto de sua produção. Finalmente, a análise de coautoria de palavras-chave revelou que a maior parte das discussões acadêmicas foca nas relações da EJA com a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, sublinhando o papel dessa educação na capacitação profissional.

As pesquisadoras Miriam Esperidião de Araújo (USP) e Maria de Lourdes Ramos da Silva (USP) apresentam no artigo **A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um compromisso de todos** os resultados de uma revisão bibliográfica abrangente focada na inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no ensino superior. A pesquisa foi motivada pela alarmante taxa de abandono, visto que cerca de 12% dos estudantes PCDs que se matriculam em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras conseguem concluir seus cursos, indicando a presença de inúmeras barreiras. As autoras buscaram identificar as condições e estratégias que impedem ou promovem não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso acadêmico desses universitários, analisando literatura publicada entre 2018 e 2022. A conclusão central aponta que as IES que superam esses obstáculos são aquelas que priorizam o investimento na valorização e formação docente e a criação de núcleos de apoio multidisciplinares.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), formado por Joel Staub, Luani Griggio Langwinski, Renata Camacho Bezerra e Richael Silva Caetano, apresenta o artigo **Rede de citações em**



**pesquisas com Lesson Study no Mercosul: uma análise no I Seminário Internacional de Lesson Study no Ensino de Matemática - I SILSEM**, que analisa a rede de citações em estudos que aplicam a metodologia *Lesson Study* na área de Ensino de Matemática. O principal objetivo foi verificar o panorama das referências em publicações oriundas de países do Mercosul a partir dos Anais do I Seminário Internacional de *Lesson Study* no Ensino de Matemática (I SILSEM), realizado em 2021. Embora 37 artigos tenham sido identificados como pertencentes à região, a análise com o *software* Gephi revelou que apenas o Brasil estava representado entre os países do Mercosul, o que sugere que a formação de grupos de pesquisa sobre o tema ainda está em uma fase inicial na América Latina.

Pesquisadores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Danilo Lopes Santos, Aline de Souza Janerine e Geraldo Wellington Rocha Fernandes, publicam **Práticas interdisciplinares em ciências naturais no novo ensino médio: desafios e expectativas**, artigo que foca na investigação da implementação da interdisciplinaridade dentro do contexto do Novo Ensino Médio (NEM), buscando compreender as limitações e as perspectivas dos professores. Os autores empregaram uma metodologia qualitativa baseada na Análise Textual Discursiva, utilizando entrevistas com docentes de Química, Física e Biologia de uma escola pública para recolher dados sobre o tema. A pesquisa revela que os professores enfrentam desafios complexos na aplicação das práticas, os quais abrangem desde dificuldades com a gestão escolar até preocupações com a sua formação inicial e continuada, mantendo, apesar disso, amplas expectativas sobre a efetivação da interdisciplinaridade escolar.

Por sua vez, o artigo **Avaliação Municipal da Educação Infantil: reflexões sobre os desafios de avaliar no contexto amazônico**, de autoria de Caroline Oliveira da Silva (UFAM), Camila Ferreira da Silva (UFAM), Francisca Maria Coelho Cavalcanti (UFAM) e Rodrigo de Macedo Lopes (Faculdade Matias Machline), concentra-se no complexo debate sobre a avaliação da Educação Infantil dentro do cenário específico do Brasil e, mais precisamente, no contexto amazônico. O objetivo central da pesquisa é analisar os desafios que a cidade de Manaus enfrenta ao tentar construir uma política municipal de avaliação adequada para essa etapa crucial da educação, baseando-se na Sociologia da Ação Pública, assim como uma revisão de literatura e análise de entrevistas semiestruturadas com professores da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Os autores destacam a importância de que as políticas públicas sejam formuladas com base nas

**Editoras Científicas**

Patricia Laura Torriglia

Juliana Cristina Faggion  
Bergmann

Diana Carvalho de Carvalho

Jocemara Triches

Eneida Oto Shiroma

Célia Regina Vendramini

especificidades do contexto local e nas concepções de infância, enfatizando que o sucesso da implementação depende do acolhimento das particularidades das creches e pré-escolas e de um exercício efetivo da gestão democrática.

Por fim, almejamos que a leitura dos artigos dessa edição possa gerar boas discussões e avanços do conhecimento. Aproveitamos para agradecer a todos/as os/as leitores/as, autores/as e pareceristas pela frutífera parceria durante este ano de 2025. Desejamos excelentes festas de fim de ano e que tenhamos muita energia durante o desafiador ano de 2026.

**Referências**

BRASIL. *Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025*. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>. Acesso em: 09/12/2025.

CNTE. *Violência contra professores: a epidemia silenciosa que ameaça a educação pública*. 20 de outubro de 2025. <https://cnte.org.br/noticias/violencia-contra-professores-a-epidemia-silenciosa-que-ameaca-a-educacao-publica-b804>

NIC.BR. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2024* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em:

[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt/20251027173400/tic\\_educacao\\_2024\\_livro\\_e\\_letronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt/20251027173400/tic_educacao_2024_livro_e_letronico.pdf)

OESB. *Razões da epidemia de violência contra professoras e professores do ensino básico brasileiro* [livro eletrônico]. 1. ed. Goiânia, GO: Ed. dos Autores, 2025.

Disponível em: <https://obsestadosocial.com.br/conteudo/razoes-da-epidemia-de-violencia-contra-professoras-e-professores-do-ensino-basico-brasileiro-2/>. Acesso em: 09/12/2025.

TORRIGLIA, Patricia Laura. ORTIGARA, Vidalcir. A “inutilidade” do pensamento em épocas céticas e pragmáticas e o fundamental conhecimento do mundo objetivo: propostas de Maria Célia Marcondes de Moraes para a educação. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 37, p. 47-72, jan./abr. 2016.

